

Polícia Federal prende suspeitos de espionar juiz federal e planejar falsas operações policiais em Minas



Nova fase da Operação Rejeito revela esquema de monitoramento clandestino, acesso ilegal a informações sigilosas e tentativa de influência sobre autoridades.

A Polícia Federal deflagrou, na manhã desta quinta-feira (18), a segunda fase da Operação Rejeito/Contrassabotagem, que investiga uma organização criminosa suspeita de monitorar ilegalmente autoridades públicas, obter dados protegidos por sigilo e interferir em investigações judiciais.

Com apoio do Ministério Público Federal (MPF), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), foram cumpridos dois mandados de prisão preventiva e seis mandados de busca e apreensão nos municípios de Belo Horizonte e Ibirité, na Região Metropolitana da capital mineira.

Segundo a Polícia Federal, os investigados integram um grupo que já era alvo da primeira fase da Operação Rejeito, voltada ao combate de ações destinadas a dificultar investigações e comprometer o andamento de uma ação penal relacionada à Operação Poeira Vermelha.

Espionagem contra magistrado e monitoramento de alvos

As novas apurações apontam que a organização teria contratado uma empresa especializada para realizar atividades de espionagem e monitoramento de pessoas consideradas estratégicas para os interesses do grupo.

Entre os alvos estariam autoridades públicas e particulares. Os investigadores identificaram práticas sistemáticas de vigilância presencial, uso de dispositivos rastreadores, produção de registros fotográficos e coleta indevida de informações pessoais e sensíveis.

De acordo com a Polícia Federal, um dos casos mais graves envolve a obtenção ilegal de dados de um juiz federal responsável por processos envolvendo uma empresa ligada aos investigados. Após o acesso às informações, integrantes do grupo teriam tentado se aproximar de um familiar do magistrado que atua na advocacia, em uma suposta tentativa de exercer influência indevida.

Tentativa de blitz falsa e venda de informações sigilosas

As investigações também revelaram indícios de tentativas de aproximação com agentes públicos para fins ilícitos. Entre as práticas apuradas está a suposta contratação de falsas operações policiais, simulando blitzes, além da oferta estruturada de obtenção de informações protegidas por sigilos bancário e telefônico mediante pagamento.

Outro ponto sob investigação é o possível acesso irregular a sistemas restritos de órgãos de segurança pública, o que pode ter contribuído para a obtenção de dados confidenciais.

Empresas têm atividades suspensas

Por determinação de um colegiado de magistrados da Justiça Federal em Minas Gerais, além das prisões e buscas, foi decretada a suspensão das atividades das empresas apontadas como envolvidas no esquema.

Os investigados poderão responder por crimes como embaraço à investigação de organização criminosa, violação de sigilo bancário e telefônico e outros delitos relacionados às práticas apuradas. As penas somadas podem ultrapassar 16 anos de prisão.

Nome da operação faz referência à proteção institucional

Segundo a Polícia Federal, o termo "Contrassabotagem" faz referência ao conjunto de ações destinadas a identificar, prevenir e neutralizar iniciativas capazes de comprometer o funcionamento das instituições públicas e a atuação de agentes do Estado.

As investigações prosseguem para identificar outros envolvidos e dimensionar o alcance da rede de monitoramento clandestino que teria atuado contra autoridades e cidadãos.

Foto: Divulgação / PF

<http://jornalpanfletus.com.br/noticia/8388/policia-federal-prende-suspeitos-de-espionar-juiz-federal-e-planejar-falsas-operacoes-policiais-em-minas>
em 18/06/2026 15:19